

# SUMÁRIO

<b>ÍNDICE SISTEMÁTICO.....</b>	<b>1249</b>
--------------------------------	-------------

## **RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA**

<b>PARTE I – TEORIA GERAL.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>34</b>
1. Crise empresarial.....	35
1.1. Ciclo de vida.....	36
1.2. Causas da crise.....	37
1.3. Tipos de crise.....	39
1.4. Graus de crise.....	40
2. Formação histórica dos regimes concursais.....	44
2.1. Índia, Mesopotâmia, Egito, Grécia e povo hebreu: fragmentos.....	49
2.2. Roma: panorama geral.....	52
2.3. Idade Média e Idade Moderna.....	72
2.4. Idade Contemporânea.....	86
3. Desenvolvimento dos regimes concursais no Brasil.....	94
3.1. Período Colonial.....	94
3.2. Período Imperial.....	97
3.3. Período Republicano.....	102
3.4. Período atual.....	109
<b>CAPÍTULO 2. APRESENTAÇÃO DA LEI 11.101/05.....</b>	<b>114</b>
1. Regimes jurídicos.....	114
1.1. Recuperação judicial.....	115
1.2. Recuperação extrajudicial.....	116
1.3. Falência.....	116
2. Fundamentos e objetivos da Lei 11.101/05.....	116
3. Princípios da Lei 11.101/05.....	119
3.1. Preservação da empresa.....	120
3.2. Separação da sorte da “empresa” e do “empresário”.....	124

3.3. Retirada da empresa inviável do mercado.....	126
3.4. Tratamento paritário dos credores .....	127
3.5. Interesse e participação ativa dos credores .....	129
3.6. Transparência .....	130
3.7. Redução do custo do crédito .....	133
3.8. Proteção ao trabalhador .....	133
3.9. Preservação e maximização dos ativos do falido.....	134
3.10. Celeridade, eficiência e economia processual.....	135
3.11. Liberação do falido e incentivo ao empreendedorismo.....	138
3.12. Favorecimento das empresas de menor porte.....	142
<b>CAPÍTULO 3. DESTINATÁRIOS DA LEI 11.101/05 .....</b>	<b>143</b>
1. Destinatários.....	143
1.1. Empresário individual .....	143
1.2. Sociedades empresárias.....	144
2. Excluídos .....	146
2.1. Não empresários .....	146
2.2. Empresas estatais.....	157
2.3. Agentes econômicos que exploram “atividades especiais”.....	158
2.4. Pessoas jurídicas de direito público.....	164
3. Casos especiais.....	164
3.1. Produtor rural.....	164
3.2. Companhia aérea .....	167
3.3. Concessionárias (e permissionárias) de serviço público, em especial do serviço público de energia elétrica.....	169
3.4. Emissora de valores mobiliários .....	170
3.5. Sociedade em conta de participação.....	170
4. Credores não admitidos .....	173
4.1. Definindo “obrigações a título gratuito” .....	174
4.2. Definindo “despesas para tomar parte na recuperação judicial e na falên- cia, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor” .....	177
<b>CAPÍTULO 4. APLICAÇÃO DA LEI 11.101/05 .....</b>	<b>178</b>
1. Competência .....	178
1.1. Principal estabelecimento.....	179
1.2. Prevenção.....	183
1.3. Controle sobre as ações propostas contra o devedor .....	184
1.4. Conflito de competência.....	185
2. LREF e CPC.....	190
3. Contagem dos prazos.....	192
4. Negócio jurídico processual.....	194

4.1. Negócio processual concursal.....	196
4.2. Objeto .....	197
4.3. Momento e sede .....	199
4.4. Hipóteses.....	200
4.5. Limites.....	202
5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	203
6. Sistema recursal.....	203
7. Ministério Público .....	206
8. Publicidade legal.....	209
9. Conciliação e mediação.....	211
9.1. Aplicação .....	215
9.2. Instauração .....	216
9.3. Hipóteses.....	217
9.4. Meio.....	224
9.5. Mediador e conciliador .....	224
9.6. Honorários .....	226
9.7. Homologação do acordo .....	226
9.8. Reversão do acordo.....	227
10. Arbitragem .....	228
11. Insolvência transnacional.....	231
11.1. Introdução .....	231
11.2. Capítulo VI-A da LREF.....	234
11.3. Acesso à jurisdição brasileira.....	245
11.4. Reconhecimento de processos estrangeiros.....	247
11.5. Cooperação com autoridades e representantes estrangeiros.....	254
11.6. Processos concorrentes .....	256
<b>PARTE II – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA .....</b>	<b>259</b>
<b>CAPÍTULO 5. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO E DAS AÇÕES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (E NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL) E NA FALÊNCIA.....</b>	<b>260</b>
1. Suspensão da prescrição.....	261
1.1. Natureza e efeito .....	261
1.2. Marco inicial da suspensão.....	262
1.3. Reinício da contagem do prazo .....	262
1.4. Situação dos sócios solidários .....	263
2. Suspensão das execuções e de constrições sobre bens do devedor.....	264
2.1. Marco inicial da suspensão.....	265
2.2. Levantamento da suspensão.....	265
2.3. Situação dos sócios solidários .....	269
2.4. Ações que demandam quantia ilíquida.....	269

2.5. Pedido de reserva.....	271
3. Suspensão da prescrição e das ações na recuperação extrajudicial.....	271
3.1. Suspensão da prescrição.....	271
3.2. Suspensão das ações e execuções.....	271
<b>CAPÍTULO 6. VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS.....</b>	<b>272</b>
1. Procedimento para credores tempestivos.....	273
2. Lista de credores apresentada pelo devedor.....	273
3. Envio de cartas aos credores.....	274
4. Publicação da lista do devedor (“primeira lista”).....	274
5. Habilitações e divergências.....	275
6. Análise dos créditos e lista do administrador judicial (“segunda lista”).....	283
7. Impugnações.....	285
8. Publicação da lista judicialmente consolidada (“terceira lista”).....	294
9. Procedimento para credores retardatários e ação retificatória.....	297
9.1. Conseqüências da extemporaneidade (ou da não realização da habilitação) ...	300
9.2. Síntese da discussão acerca da faculdade do credor de habilitar seu crédito ...	302
10. Reserva de crédito.....	304
11. Incidente de classificação do crédito público na falência.....	307
11.1. O tratamento dado ao fisco antes da reforma promovida pela Lei 14.112/20 ...	307
11.2. O art. 7º-A e seus parágrafos.....	309
11.3. Potencial inconstitucionalidade da regra.....	317
<b>CAPÍTULO 7. ADMINISTRADOR JUDICIAL.....</b>	<b>319</b>
1. Natureza jurídica.....	320
2. Imparcialidade.....	321
3. Funções.....	321
4. Atribuições.....	322
4.1. Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência.....	323
4.2. Atribuições específicas na recuperação judicial.....	328
4.3. Atribuições específicas na falência.....	335
5. Escolha.....	340
5.1. Critérios.....	341
5.2. Pessoa jurídica especializada.....	343
5.3. Nomeação plúrima.....	343
5.4. Distância entre a comarca e a sede do administrador.....	344
6. Impedimentos.....	345
7. Investidura.....	348
8. Remuneração.....	349
8.1. Responsabilidade pelo pagamento.....	349
8.2. Fixação e seus parâmetros.....	351

8.3. Base de cálculo e limites .....	355
8.4. Forma de pagamento .....	358
8.5. Nas hipóteses de substituição, renúncia, destituição e desaprovação das contas .....	360
8.6. Remuneração dos auxiliares.....	360
8.7. Remuneração no quadro de credores .....	360
8.8. Verba sucumbencial .....	361
9. Controle .....	362
10. Substituição e destituição.....	363
11. Responsabilidade.....	365
<b>CAPÍTULO 8. COMITÊ DE CREDITORES.....</b>	<b>367</b>
1. Natureza e funções.....	367
1.1. Função fiscalizatória.....	368
1.2. Função consultiva .....	368
1.3. Função deliberativa .....	369
2. Constituição e caráter facultativo.....	369
3. Composição.....	370
4. Instalação, condução dos trabalhos, deliberações e responsabilidade .....	372
<b>CAPÍTULO 9. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES .....</b>	<b>373</b>
1. Natureza jurídica .....	374
2. Atribuições.....	376
2.1. Apreciação do plano de recuperação (e apresentação de plano pelos cre- dores) .....	376
2.2. Instalação do Comitê de Credores.....	377
2.3. Pedido de desistência da recuperação judicial .....	377
2.4. Apreciação do nome do gestor judicial.....	377
2.5. Alienação de bens ou direitos do ativo não circulante.....	378
2.6. Adoção das modalidades de realização do ativo do falido previstas nos arts. 142, IV e V, e 145.....	378
2.7. Competência residual .....	379
3. Procedimento assemblear.....	380
4. Convocação .....	380
4.1. Iniciativa .....	380
4.2. Edital.....	381
4.3. Prazos .....	383
4.4. Dispensa de convocação e dispensa da própria AGC.....	384
5. Meios alternativos de deliberação.....	384
5.1. Termo de adesão.....	385
5.2. Assembleia virtual.....	387

5.3. Outros mecanismos.....	390
6. Proteção contra a suspensão ou o adiamento da AGC .....	391
7. Rito assemblear .....	392
8. Despesas de convocação e de realização .....	398
9. Participação.....	399
9.1. Requisitos para a participação .....	399
9.2. Formas de participação.....	401
10. Exercício do voto .....	405
10.1. Fazer parte de uma das quatro classes do art. 41.....	405
10.2. Estar devidamente habilitado.....	407
10.3. Não estar proibido de votar .....	408
10.4. Finalidade do voto e voto abusivo .....	415
11. Contagem de votos.....	418
11.1. Apreciação do plano de recuperação .....	418
11.2. Limites de classificação.....	418
11.3. Conversão do crédito em moeda estrangeira .....	419
11.4. Cessão de crédito, endosso de título de crédito e sub-rogação .....	420
12. Quóruns de deliberação .....	423
12.1. Regra geral .....	424
12.2. Regras especiais .....	424
12.3. Empate na deliberação.....	428
12.4. Abstenção, voto em branco e voto nulo .....	428
13. Resistência das deliberações .....	429
13.1. Invalidade das deliberações e proteção da AGC .....	429
13.2. Proteção dos terceiros de boa-fé.....	430
<b>PARTE III – REGIMES RECUPERATÓRIOS .....</b>	<b>431</b>
<b>CAPÍTULO 10. RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PARTE 1.....</b>	<b>434</b>
1. Aspectos iniciais .....	435
2. Legitimação.....	436
2.1. Ser devedor.....	436
2.2. Ser empresário.....	453
2.3. Estar em situação de regularidade .....	453
2.4. Não ser falido .....	456
2.5. Não ter obtido o mesmo benefício há menos de cinco anos.....	457
2.6. Não ter sido condenado por crime previsto na LREF .....	458
2.7. Não ter controlador ou administrador condenado por crime previsto na LREF .....	458
2.8. Não enquadramento como devedor contumaz.....	460

3. Créditos sujeitos.....	462
3.1. Regra geral .....	462
3.2. Exceções (extraconcurssalidades) e regras especiais .....	472
<b>CAPÍTULO 11. RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PARTE 2.....</b>	<b>513</b>
1. Petição inicial.....	513
2. Constatção prévia .....	523
2.1. Facultatividade e excepcionalidade.....	524
2.2. Momento .....	525
2.3. Objeto .....	526
2.4. Realização <i>inaudita altera pars</i> .....	529
2.5. Escolha do profissional.....	529
2.6. Prazo da perícia .....	530
2.7. Remuneração do perito.....	530
3. Processamento da ação.....	531
3.1. Decisão de processamento .....	534
3.2. Publicação do edital que anuncia o processamento da ação e apresenta a primeira lista de credores.....	535
3.3. Utilização da expressão “em Recuperação Judicial”.....	536
3.4. Anotação da recuperação judicial no Registro de Empresas .....	536
3.5. Manutenção do devedor na condução da empresa.....	536
3.6. Suspensão das ações e execuções ( <i>stay period</i> ) .....	546
3.7. Cláusulas de denúncia contratual ou resolução expressa e vencimento antecipado .....	569
3.8. Dispensa de certidões negativas .....	571
3.9. Alienação e oneração de bens do ativo não circulante.....	574
3.10. Distribuição de dividendos.....	581
3.11. Conselho Fiscal .....	582
3.12. Estímulos à concessão de crédito.....	583
3.13. Antecipação dos efeitos do processamento.....	600
3.14. Desistência.....	601
3.15. Finalidade, interesse de agir e validade processual.....	601
4. Plano de recuperação.....	601
4.1. Prazo de apresentação.....	602
4.2. Conteúdo.....	602
4.3. Meios de recuperação .....	603
4.4. Princípio da igualdade e o tratamento dispensado aos credores.....	610
4.5. Demonstração da viabilidade econômica .....	618
4.6. Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos.....	618
4.7. Limites.....	619

4.8. Plano alternativo dos credores .....	623
5. Manifestação do AJ .....	639
6. Cientificação sobre a apresentação do plano e objeções ao plano .....	639
7. Assembleia geral de credores .....	642
7.1. Prazo para a realização.....	642
7.2. Prazo para o encerramento .....	642
7.3. Negociações.....	643
7.4. Dispensa da assembleia .....	644
7.5. Alterações no plano .....	644
7.6. Apreciação do plano.....	645
7.7. Imposição do plano ( <i>cram down</i> ).....	646
7.8. Plano alternativo .....	650
7.9. Revisão do plano.....	650
7.10. Abuso do direito de voto .....	651
8. Concessão da recuperação.....	654
8.1. Limites do juiz na análise do plano.....	655
8.2. A posição do Fisco e a exigência da certidão de regularidade fiscal.....	661
<b>CAPÍTULO 12. RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PARTE 3.....</b>	<b>670</b>
1. Efeitos da concessão da recuperação .....	670
1.1. Novação das obrigações.....	670
1.2. Formação de título executivo judicial.....	676
1.3. Alienação de estabelecimento e outros ativos livres de dívidas .....	677
2. Execução judicial do plano .....	693
3. Sentença de encerramento .....	697
4. Execução extrajudicial do plano .....	698
<b>CAPÍTULO 13. RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA ME E EPP .....</b>	<b>700</b>
1. Regime especial facultativo para ME/EPP e produtores rurais.....	701
2. Alcance.....	704
3. Plano especial .....	705
4. Necessidade de autorização para aumentar despesas e contratar empregados....	705
5. Procedimento e ausência de assembleia para deliberar sobre o plano.....	706
5.1. Petição inicial.....	706
5.2. Exame da inicial.....	707
5.3. Plano .....	708
5.4. Objeções .....	708
5.5. Inexistência de assembleia .....	708
5.6. Aferição da vontade dos credores.....	709
5.7. Inviabilidade de plano alternativo.....	709
5.8. Concessão da recuperação judicial.....	710

6. Nota crítica sobre o regime especial .....	710
<b>CAPÍTULO 14. CONVOCAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....</b>	<b>712</b>
1. Hipóteses de convocação da recuperação judicial em falência .....	713
1.1. Deliberação da assembleia.....	713
1.2. Não apresentação do plano no prazo .....	714
1.3. Rejeição do plano .....	716
1.4. Descumprimento do plano .....	717
1.5. Descumprimento do parcelamento ou da transação fiscal.....	719
1.6. Esvaziamento patrimonial e liquidação substancial da empresa .....	719
1.7. Enquadramento como devedor contumaz.....	721
2. Aplicação da regra.....	721
3. Efeitos da convocação sobre os atos praticados durante a recuperação judicial..	723
4. Efeitos sobre as obrigações novadas.....	724
<b>CAPÍTULO 15. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....</b>	<b>725</b>
1. Conceito.....	728
2. Judicialidade.....	729
3. Análise comparativa .....	731
4. Legitimação .....	737
5. Plano .....	739
5.1. Créditos imunes .....	740
5.2. Forma e conteúdo .....	742
5.3. Limites e restrições de conteúdo .....	743
6. Modalidades .....	745
6.1. Recuperação extrajudicial facultativa.....	745
6.2. Recuperação extrajudicial impositiva ( <i>cram down</i> ).....	746
7. Processamento da ação.....	750
7.1. Petição Inicial .....	752
7.2. Exame da inicial.....	753
7.3. Publicação de edital.....	754
7.4. Envio de carta aos credores .....	755
7.5. Efeito sobre os direitos, ações e execuções.....	756
7.6. Impugnação.....	760
7.7. Manifestação do devedor.....	763
7.8. Instrução probatória .....	763
7.9. Intervenção do Ministério Público.....	764
7.10. Sentença .....	764
7.11. Recurso.....	767

8. Execução do plano e aditamento.....	767
<b>PARTE IV – FALÊNCIA</b> .....	770
<b>CAPÍTULO 16. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	771
1. Conceito.....	771
2. Interesse público <i>vs.</i> disponibilidade do direito.....	772
3. Superando o velho estigma.....	773
4. Panorama do procedimento.....	774
5. Princípios específicos.....	774
5.1. Tutela do crédito.....	775
5.2. Tratamento igualitário.....	775
5.3. Universalidade.....	777
5.4. Saneamento do mercado.....	782
5.5. Realocação eficiente dos recursos.....	782
5.6. Preservação dos ativos e da empresa.....	782
5.7. Celeridade.....	783
5.8. Liberação do falido e fomento ao empreendedorismo.....	783
<b>CAPÍTULO 17. BASE JURÍDICA DA FALÊNCIA</b> .....	785
1. Sistema de presunções.....	785
1.1. Lançamento judicial da presunção de insolvência.....	785
1.2. Resistência à pretensão: tentativa de derrubar a presunção.....	785
1.3. Manifestação judicial sobre a presunção de insolvência.....	786
1.4. Estado jurídico <i>vs.</i> estado econômico de insolvência.....	786
2. Suporte fático: impontualidade.....	787
2.1. Inadimplemento.....	788
2.2. Falta de justificativa.....	788
2.3. Liquidez da dívida.....	788
2.4. Atingimento do piso legal.....	788
2.5. Existência de título executivo protestado.....	789
3. Suporte fático: execução frustrada.....	791
4. Suporte fático: atos de falência.....	792
4.1. Liquidação precipitada de ativos ou utilização de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos.....	793
4.2. Realização de negócio simulado ou alienação total ou parcial de ativos para retardar pagamentos ou fraudar credores.....	794
4.3. Transferência de estabelecimento sem consentimento dos credores e sem ficar com bens para solver o passivo.....	794
4.4. Simulação de transferência do principal estabelecimento.....	795
4.5. Constituição ou reforço de garantia.....	795

4.6. Ausência ou abandono de estabelecimento .....	795
4.7. Inadimplemento de obrigação assumida no plano de recuperação judicial.....	796
5. Suporte fático: confissão de falência (autofalência).....	796
5.1. Confissão de insolvência: direito ou dever? .....	796
5.2. Dissolução regular das sociedades.....	798
<b>CAPÍTULO 18. LEGITIMIDADE PARA REQUERER A FALÊNCIA .....</b>	<b>800</b>
1. Próprio devedor .....	800
2. Cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante .....	803
3. Sócio do devedor.....	804
4. Qualquer credor .....	806
4.1. Credor com garantia real .....	806
4.2. Credor por alimentos .....	807
4.3. Credor com crédito ainda não vencido.....	807
4.4. Agente fiduciário .....	807
4.5. Credor em condição de irregularidade .....	808
4.6. Credor domiciliado no exterior .....	808
4.7. Fisco .....	808
4.8. Credores por créditos inexigíveis na falência .....	810
<b>CAPÍTULO 19. PROCEDIMENTO.....</b>	<b>811</b>
1. Fases do processo falimentar .....	811
2. Procedimento em ações propostas por credor .....	811
2.1. Petição Inicial .....	811
2.2. Distribuição, exame da inicial e citação.....	812
2.3. Resposta do réu.....	813
2.4. Réplica.....	823
2.5. Audiência de conciliação ou de mediação .....	823
2.6. Instrução probatória .....	823
2.7. Suspensão do feito .....	823
2.8. Manifestação do Ministério Público .....	824
2.9. Julgamento e eventual responsabilização do autor.....	824
3. Procedimento da autofalência.....	825
3.1. Caráter facultativo .....	825
3.2. Natureza jurídica .....	825
3.3. Legitimidade .....	826
3.4. Petição inicial.....	826
3.5. Oposição .....	827
3.6. Instrução probatória .....	827
3.7. Manifestação do Ministério Público .....	827

3.8. Julgamento.....	828
<b>CAPÍTULO 20. SENTENÇA FALIMENTAR.....</b>	<b>829</b>
1. Natureza jurídica .....	829
2. Requisitos gerais.....	829
3. Requisitos especiais.....	830
3.1. Síntese do pedido e identificação do falido e de seus administradores .....	830
3.2. Fixação do termo legal.....	830
3.3. Ordem para a apresentação da relação de credores .....	830
3.4. Explicitação do prazo para as habilitações .....	831
3.5. Ordem de suspensão das ações e execuções .....	831
3.6. Ordem de proibição de prática de atos de disposição e oneração .....	832
3.7. Determinação das diligências de salvaguarda.....	832
3.8. Ordem para que o Registro de Empresas e a Receita Federal procedam às anotações cabíveis .....	832
3.9. Nomeação do administrador judicial.....	833
3.10. Ordem de expedição dos ofícios para a busca de bens do falido.....	833
3.11. Pronunciamento sobre a eventual continuação provisória das atividades ou lacração dos estabelecimentos.....	833
3.12. Convocação da AGC para a constituição do Comitê de Credores .....	839
3.13. Intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas.....	839
3.14. Data e hora.....	840
4. Publicação.....	841
<b>CAPÍTULO 21. EFEITOS DA QUEBRA SOBRE A PESSOA DO FALIDO E SEUS BENS.....</b>	<b>842</b>
1. Empresário individual <i>vs.</i> sociedade empresária .....	842
2. Inabilitação ao exercício da atividade empresária .....	845
2.1. Nota sobre o direito anterior .....	846
2.2. Momento do afastamento .....	846
2.3. Momento da inabilitação.....	847
2.4. Alcance da inabilitação .....	847
2.5. Limites da inabilitação.....	847
2.6. Inabilitação por condenação criminal falimentar .....	848
2.7. Fundamento da inabilitação .....	849
2.8. Inabilitação <i>vs.</i> continuação provisória das atividades .....	850
2.9. Inabilitação <i>vs.</i> perda da capacidade.....	850
2.10. Duração da inabilitação.....	851
3. Desapossamento dos bens .....	853
3.1. Terminologia.....	853
3.2. Fundamento e objetivo.....	854
3.3. Natureza jurídica .....	855

3.4. Momento .....	856
3.5. Alcance .....	857
3.6. Limites .....	859
3.7. Desapossamento vs. arrecadação .....	860
3.8. Desapossamento vs. perda da propriedade .....	861
3.9. Desapossamento vs. incapacidade .....	862
3.10. Desapossamento vs. legitimidade processual .....	862
3.11. O desapossamento e a prática de atos pelo falido .....	866
4. Direitos do falido .....	868
4.1. Direito de fiscalizar .....	869
4.2. Direito de requerer as providências para a conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados .....	869
4.3. Direito de intervir nos processos .....	869
4.4. Outros direitos .....	873
4.5. Direito de receber alimentos e remuneração? .....	873
5. Deveres do falido .....	874
5.1. Dever de comparecimento e declaração .....	876
5.2. Dever de depositar os livros obrigatórios .....	881
5.3. Dever de não se ausentar .....	882
5.4. Dever de comparecimento .....	885
5.5. Dever de entregar todos os bens, papéis, documentos e senhas .....	886
5.6. Dever de prestar informações .....	887
5.7. Dever de auxiliar .....	887
5.8. Dever de examinar as habilitações de créditos .....	888
5.9. Dever de assistir ao levantamento, à verificação do balanço e ao exame dos livros .....	888
5.10. Dever de se manifestar quando determinado pelo juiz .....	888
5.11. Dever de apresentar a relação de seus credores .....	889
5.12. Dever de examinar e dar parecer sobre as contas do administrador judicial .....	889
6. Descumprimento dos deveres do falido: desobediência .....	889
<b>CAPÍTULO 22. EFEITOS DA QUEBRA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO FALIDO .....</b>	<b>892</b>
1. Concurso universal: escopo e limites .....	892
2. Suspensão de direitos .....	894
2.1. Direito de retenção .....	895
2.2. Direito de retirada .....	896
3. Contratos bilaterais .....	898
3.1. Escopo da regra geral .....	898
3.2. Cotejo entre o regime anterior e atual .....	900
3.3. Papel do Comitê de Credores .....	902

3.4. Prazo para interpelação e resposta do administrador judicial .....	902
3.5. Cláusula resolutiva expressa em caso de falência.....	903
3.6. Indenização e multas contratuais .....	905
4. Contratos unilaterais .....	907
4.1. Regime anterior.....	907
4.2. Nova sistemática: semelhança com os contratos bilaterais.....	908
4.3. Prazo para comunicação do administrador judicial e habilitação do crédito....	909
4.4. Contratos bilaterais imperfeitos .....	909
5. Casos especiais.....	910
5.1. Sustação da compra e venda em trânsito .....	911
5.2. Compra e venda de coisas compostas .....	912
5.3. Venda de bem móvel ou contratação de serviços em prestações.....	913
5.4. Compra e venda de coisa móvel com reserva de domínio .....	914
5.5. Compra e venda a termo.....	915
5.6. Promessa de compra e venda de bens imóveis.....	917
5.7. Contrato de locação.....	919
5.8. Compensação e liquidação no sistema financeiro nacional.....	921
5.9. Patrimônio de afetação .....	923
5.10. Contrato de mandato e de comissão .....	926
5.11. Contrato de conta corrente.....	928
5.12. Compensação de créditos .....	929
5.13. Contrato de sociedade.....	935
5.14. Condomínio.....	938
5.15. Juros e correção monetária.....	939
5.16. Espólio.....	942
5.17. Outras relações patrimoniais.....	944
5.18. Coobrigados solidários com falência decretada .....	944
5.19. Coobrigados solventes e garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamen- te responsáveis .....	947
5.20. Outras disposições da LREF que produzem efeitos sobre as obrigações do falido .....	949
5.21. Outros efeitos da falência .....	949
<b>CAPÍTULO 23. ARRECADAÇÃO, AVALIAÇÃO E GUARDA DOS BENS.....</b>	<b>951</b>
1. Momento .....	953
2. Alcance ordinário .....	953
2.1. Bens economicamente apreciáveis .....	954
2.2. Documentos relevantes.....	955
2.3. Bens constritos noutros processos.....	956
2.4. Bens de terceiros na posse do falido.....	957

2.5. Bens do falido na posse de terceiros.....	958
2.6. Arrecadação e continuação provisória das atividades .....	958
2.7. Bens presentes e futuros .....	958
2.8. Situação dos bens não arrecadados.....	958
2.9. Situações Especiais.....	959
3. Alcance Extraordinário: descon sideração da personalidade jurídica e extensão dos efeitos da falência.....	959
4. Limites.....	965
4.1. Bens absolutamente impenhoráveis .....	965
4.2. Bens integrantes dos patrimônios de afetação.....	967
4.3. Meação do cônjuge do empresário individual ou do sócio de responsabilidade ilimitada.....	967
4.4. Bens que o empresário incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição .....	967
4.5. Bens gravados com cláusula de inalienabilidade .....	968
5. Medidas assecuratórias.....	968
6. Aspectos procedimentais .....	968
6.1. Legitimidade .....	969
6.2. Participação do falido e do Ministério Público.....	969
6.3. Força policial, oficial de justiça e auxiliares.....	969
6.4. Atuação em outras comarcas.....	970
6.5. Auto de arrecadação.....	970
6.6. Lacração .....	972
6.7. Avaliação .....	974
6.8. Guarda, depósito e remoção.....	976
6.9. Despesas da arrecadação e ausência ou insuficiência de bens.....	978
6.10. Falência frustrada.....	978
7. Providências especiais.....	981
7.1. Utilização econômica provisória dos bens.....	981
7.2. Liquidação sumária.....	983
<b>CAPÍTULO 24. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO .....</b>	<b>988</b>
1. Restituição Ordinária.....	991
2. Restituição Extraordinária .....	994
3. Restituição em Dinheiro .....	997
3.1. Perda, extravio ou venda da coisa.....	997
3.2. Operação de ACC.....	999
3.3. Proteção do terceiro de boa-fé.....	1001
3.4. Tributos passíveis de retenção.....	1001
4. Procedimento .....	1002
4.1. Petição inicial.....	1003

4.2. Manifestação dos interessados.....	1004
4.3. Decisão.....	1005
4.4. Sucumbência e custos.....	1006
4.5. Recurso.....	1007
4.6. Recebimento antecipado do bem.....	1007
4.7. Retenção do bem.....	1007
4.8. Prazo para o ajuizamento.....	1008
4.9. Regramento processual.....	1008
5. Embargos de terceiro.....	1008
<b>CAPÍTULO 25. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS.....</b>	<b>1010</b>
1. Panorama do tema.....	1011
2. Nota histórica do direito pátrio.....	1013
3. Ineficácia <i>vs.</i> revogação.....	1014
4. Prejuízo e sua prova.....	1016
5. Declaração de ineficácia.....	1019
5.1. Requisitos.....	1019
5.2. Meio.....	1019
5.3. Legitimação ativa.....	1020
5.4. Legitimação passiva.....	1020
5.5. Prazo.....	1020
5.6. Competência, tramitação e rito processual.....	1021
5.7. Efeitos.....	1021
5.8. Termo legal da falência.....	1021
5.9. Hipóteses legais.....	1026
6. Ação revocatória.....	1053
6.1. Fundamento.....	1053
6.2. Marco temporal.....	1054
6.3. Aspectos processuais.....	1055
7. Efeitos da declaração de ineficácia e da ação revocatória.....	1066
7.1. Retorno das partes ao estado anterior.....	1066
7.2. Possibilidade de devolução do bem/valores ao terceiro.....	1067
7.3. Contratante de boa-fé: restituição e perdas e danos.....	1068
7.4. Securitização de créditos.....	1069
7.5. Compensação, ineficácia e revocatória.....	1070
7.6. Universo de credores.....	1071
8. Combate à colusão e a recuperação de empresas como “salvo-conduto”.....	1071
<b>CAPÍTULO 26. REALIZAÇÃO DO ATIVO.....</b>	<b>1072</b>
1. Momento.....	1072

2. Formas de alienação.....	1074
2.1. Alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco.....	1075
2.2. Alienação da empresa, com a venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente.....	1077
2.3. Alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor.....	1078
2.4. Alienação dos bens individualmente considerados.....	1078
3. Efeitos.....	1078
3.1. Sub-rogação dos credores.....	1079
3.2. A regra da não sucessão na falência.....	1079
3.3. Efeitos registrares.....	1082
4. Escolha da modalidade de alienação.....	1082
5. Regras gerais aplicáveis a todas as modalidades.....	1083
5.1. Participação do juiz, do administrador judicial e do Comitê de Credores.....	1083
5.2. Consolidação do quadro geral de credores.....	1084
5.3. Auxílio de terceiros.....	1085
5.4. Prazo máximo de 180 dias.....	1085
5.5. Desconsideração da conjuntura do mercado e inaplicabilidade do preço vil diante do caráter forçado da venda.....	1086
5.6. Compartilhamento de despesas.....	1088
5.7. Participação do Ministério Público e das Fazendas Públicas.....	1088
5.8. Alienações judiciais.....	1088
5.9. Falência superavitária e realização do ativo.....	1089
6. Modalidades.....	1089
6.1. Leilão.....	1089
6.2. Processo competitivo.....	1092
6.3. Outras modalidades.....	1093
6.4. Modalidades excepcionais do art. 145.....	1094
7. A apresentação de impugnações.....	1096
8. Doação dos bens.....	1098
9. Dispensa de apresentação de certidões negativas.....	1099
10. Gerenciamento dos recursos.....	1099
11. Relatório do administrador judicial.....	1100
<b>CAPÍTULO 27. CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS.....</b>	<b>1101</b>
1. Classe I: Credores trabalhistas.....	1103
1.1. Créditos derivados da legislação trabalhista.....	1104
1.2. Créditos decorrentes de acidentes de trabalho.....	1105
1.3. Créditos trabalhistas por equiparação.....	1105
1.4. Ausência de rebaixamento por cessão.....	1107
2. Classe II: Credores com garantia real.....	1108

3. Classe III: Credores tributários .....	1110
3.1. Inexistência de hierarquia interna .....	1112
4. Classe IV: Credores quirografários .....	1112
5. Classe V: Multas contratuais e penas pecuniárias .....	1113
6. Classe VI: Credores subordinados .....	1114
7. Classe VII: Juros após a decretação da falência .....	1117
<b>CAPÍTULO 28. PAGAMENTO AOS CREDITORES</b> .....	1118
1. Ordem de pagamento .....	1119
1.1. Primeira etapa: restituição <i>in natura</i> .....	1120
1.2. Segunda etapa: créditos extraconcursais .....	1120
1.3. Terceira etapa: créditos concursais .....	1125
1.4. Quarta etapa: saldo .....	1126
2. Reservas .....	1127
3. Efetivação do pagamento .....	1129
<b>CAPÍTULO 29. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO</b> .....	1130
1. Prestação de contas pelo administrador judicial .....	1130
2. Relatório final da falência .....	1132
3. Encerramento da falência .....	1134
4. Prescrição das obrigações do falido .....	1136
5. Extinção das obrigações do falido .....	1138
5.1. Hipóteses .....	1140
5.2. Reabilitação da sociedade falida? .....	1146
5.3. Procedimento .....	1148
5.4. Sócio de responsabilidade ilimitada .....	1151
6. Reabertura da falência após seu regular encerramento .....	1152
<b>PARTE V – DISPOSIÇÕES PENAIAS</b> .....	1153
<b>CAPÍTULO 30. PARTE GERAL</b> .....	1154
1. Delimitação dos sujeitos ativos .....	1154
2. Condição objetiva de punibilidade .....	1155
3. Efeitos da condenação por crimes da Lei 11.101/05 .....	1157
4. Prescrição dos crimes da Lei 11.101/05 .....	1160
<b>CAPÍTULO 31. CRIMES EM ESPÉCIE</b> .....	1162
1. Fraude a credores .....	1163
2. Violação de sigilo empresarial .....	1167
3. Divulgação de informações falsas .....	1168
4. Indução a erro .....	1169
5. Favorecimento de credores .....	1171
6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens .....	1172

7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	1175
8. Habilitação ilegal de crédito .....	1176
9. Exercício ilegal de atividade .....	1177
10. Violação de impedimento.....	1178
11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	1179
<b>CAPÍTULO 32. PROCEDIMENTO PENAL.....</b>	<b>1182</b>
1. Competência.....	1182
2. Natureza e propositura da ação penal.....	1184
3. Rito.....	1187
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1189</b>

### CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

Nota à 4ª edição

Nota à 3ª edição

Nota à 2ª edição